

A FORMAÇÃO DO *ETHOS* BRASILEIRO

Anderson Luiz Tedesco*

Elton Luiz Nardi**

Resumo

Objetiva-se, neste artigo, discorrer a respeito da constituição do *ethos* educativo na formação cultural do povo brasileiro. Para tanto, realizou-se um estudo de caráter bibliográfico sobre as reflexões históricas desde o Descobrimento do Brasil até a expulsão da Companhia de Jesus e sobre o *ethos* na contemporaneidade brasileira. Sublinha-se que a educação na formação do povo brasileiro nunca se constituiu em um mecanismo que pudesse contribuir no esclarecimento da nação, tornando-a autônoma e emancipada – ela sempre esteve à mercê de ideologias: religiosas, políticas e econômicas. Portanto, a formação cultural do povo brasileiro constituiu-se em um *ethos* forjado segundo as ideologias estrangeiras.

Palavras-chaves: *Ethos*. Educação. Ideologia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda de forma histórica e reflexiva a constituição do *ethos* educativo brasileiro – termo este entendido como a casa espiritual do ser humano – ou seja, é a partir da constituição do *ethos* que se poderá falar em um mundo simbólico¹ denominado cultura.

Dessa forma, justifica-se, neste trabalho, o recorte histórico em dois grandes períodos sobre a educação brasileira com a vinda da Companhia de Jesus e séculos mais tarde a educação na contemporaneidade – momentos estes que nos sugerem a formação do *ethos* brasileiro fundamentado em ideologias estrangeiras. Por isso no primeiro momento se refletiu sobre o Descobrimento do Brasil, com a chegada dos portugueses e o início de uma evangelização jesuítica, com a finalidade de disseminar a ideologia religiosa na constituição do *ethos* – apoiado pela Igreja Católica e assim expresso nas bulas *Romanus Pontifex* e *Inter Coetera*.

Com a expulsão da Companhia de Jesus, o *ethos* brasileiro se encontrava constituído – o caminho que se utilizou para a constituição deste *ethos* foi a educação – assim organizada e estruturada nas regras da *Ratio Studiorum*. No entanto, tal educação sofreu modificações, pois ela não mais passou a servir tão somente aos interesses ideológicos religiosos – nesse momento histórico ela passou a atender à formação cultural dos filhos dos colonos, tornando-se uma educação elitista e universalista.

* Mestrando em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Bioética pelo Centro Universitário São Camilo; Licenciado em Filosofia; andersonunoesc@hotmail.com

** Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestrado em Educação – Convênio Interinstitucional UnC/Unicamp (2001); Professor titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina e do Programa de Mestrado em Educação da mesma Universidade; Tem experiência na Área da Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado e educação escolar, descentralização do Estado, política e gestão educacional e sistemas de ensino e financiamento da educação; elton.nardi@unoesc.edu.br

Já séculos mais tarde, a educação na contemporaneidade servirá como um mecanismo ideológico político e econômico – fortalecendo, desse modo, a formação da casa espiritual do *ethos* brasileiro. Portanto, no segundo momento histórico, pontuaram-se as reflexões sobre os interesses ideológicos de outros países estrangeiros que têm interferido no modo de pensar e fazer educação no Brasil com o objetivo de que os modelos seguidos estejam de acordo com a ideologia política e econômica que vigora nos países desenvolvidos – os quais se preocupam com a formação do *ethos* brasileiro desde que atenda aos seus interesses. Uma preocupação muito aquém de uma educação propriamente dita, que seja forjada em um espírito crítico e questionador da realidade na qual está inserida.

2 A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* BRASILEIRO ATÉ A EXPULSÃO DA COMPANHIA DE JESUS

Para que fosse possível refletir a educação brasileira como meio de transformação social – abordaram-se filosoficamente as reflexões históricas sobre a constituição do *ethos* brasileiro articulado à educação. A origem do termo *ethos* remonta ao mundo grego – seu significado é simbólico – sendo traduzido como a casa espiritual do ser humano. Portanto, a casa espiritual (*ethos*) da educação brasileira se constituiu na imposição da cultura europeia:

O ethos é constitutivamente tradicional, pois o ser humano não conseguiria refazer continuamente sua morada espiritual. Trata-se de um legado – o mais precioso – que as gerações se transmitem (tradere, traditio) ao longo do tempo e que mostra, por outro lado, uma não menos extraordinária capacidade de assimilação de novos valores e de adaptação e novas situações. (VAZ, 2002, p. 40).

No decorrer da história, a educação brasileira sempre esteve à mercê de alguma ideologia. Com o processo civilizatório e o surgimento de dois grandes Estados europeus conhecidos por meio de seu expansionismo marítimo, Portugal e Espanha, a pedido da Igreja Católica, organizaram-se com a finalidade de reunir o maior número possível de fiéis católicos, porque nessa época a Europa estava em crise religiosa e perdia muitos fiéis com a Reforma *versus* a contrarreforma.

Inconformada com os novos rumos que a história estava assumindo, a Igreja Católica, aliada a países que lutavam pelos seus ideais de vida cristã – em nome de Deus, ordenava-lhes que invadissem outras nações ou lugares considerados anticristãos com o propósito de convertê-los ou destruí-los. Essa ideologia religiosa torna-se muito clara quando se estudam as invasões dos exércitos cristãos contra o mundo muçulmano, época esta que ficou conhecida como Cruzadas ou Guerra Santa. Portanto, ao descobrir o mundo novo, o Vaticano estabeleceu normas nas conquistas marítimas ao deixar expressas com tamanha clareza as suas reais intenções no processo de colonização nas bulas *Romanus Pontifex* e *Inter Coetera*². Segundo a bula *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1456 do Papa Nicolou V:

Não sem grande alegria chegou ao nosso conhecimento que nosso dileto filho infante d. Henrique, incendiado no ardor da fé e zelo da salvação das almas, se esforça por fazer conhecer e venerar em todo o orbe o nome gloriosíssimo de Deus, reduzindo à sua fé não

só os sarracenos, inimigos dela, como também quaisquer outros infiéis. Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos foram trazidos ao reino, o que esperamos progrida até a conversão do povo ou ao menos de muitos mais. Por isso nós tudo pensando com devida ponderação, concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar e, utilidade própria e dos seus descendentes. Tudo declaramos pertencer de direito *in perpetuum* aos mesmos d. Afonso e seus sucessores, e ao infante. Se alguém, indivíduo ou coletividade, infringir essas determinações, seja excomungado [...]. (BAIÃO, 1939, p. 36-37).

Na bula *Romanus Pontifex* se apresentam os objetivos ideológicos pensados pela Igreja Católica – a qual argumentava que em nome de Deus era permitido fazer com que todas as demais culturas se submetessem à religião cristã. Além disso, os bens adquiridos seriam resguardados pelos conquistadores e pela própria igreja *in perpetuum* para sempre, e quem se opusesse a isso seria excomungado em nome de Deus. Portanto, nos fica a indagação – qual a relação da Igreja Católica com a educação brasileira?

Esta relação entre a Igreja e a educação aos poucos se tornará mais clara – a princípio o fundamental é perceber o quão forte é o espírito ideológico do catolicismo na colonização do povo brasileiro – reconhecendo que os escritos das bulas conduziram os conquistadores ao domínio e à destruição das culturas indígenas existentes em prol da imposição ideológica da Igreja Católica que tão somente foi possível porque desenvolveram um viés catequético, pedagógico e educativo no processo de evangelização dos povos descobertos.

Segundo Saviani (2008), a educação religiosa no Brasil se dividiu em três fases: a primeira corresponde à chegada dos primeiros jesuítas ao novo mundo descoberto, terminando com as mortes do Padre Manuel da Nóbrega, em 1570, e de Anchieta, em 1597 e a elaboração e promulgação do *Ratio Studiorum*; a segunda se caracteriza pela organização e implantação de uma educação jesuítica que estivesse de acordo com a *Ratio Studiorum*, entre os anos 1599 e 1759; finalmente, a terceira fase se caracteriza como a era pombalina, que iniciou em 1759 até 1808, com a expulsão dos jesuítas do Brasil.

O primeiro contato do homem branco com os índios se constituiu na supremacia da cultura europeia sobre a indígena:

Esse foi o primeiro efeito do encontro fatal que aqui se dera ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos de meses de navegação oceânica, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam, em espanto, o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. (RIBEIRO, 2006, p. 39).

Os portugueses sem escrúpulos, ao se depararem com a cultura indígena, não pensaram duas vezes em desconstruir a casa espiritual apoiados pela ideologia católica com a finalidade de que a Igreja passasse a ter mais fiéis convertidos. Portanto, em nome de uma instituição, esfacelou-se o *ethos* cultural indígena obrigando os índios a se adaptarem e a seguirem a cultura do homem branco.

Para converter os índios, o caminho seguido pelo Padre Manuel da Nóbrega se constituía no ensinar a ler e a escrever em português. Além disso, trazia crianças órfãs e as ensinava

junto aos índios como meio de facilitar a permanência das crianças indígenas nos colégios (SAVIANI, 2008). Portanto, essa relação dos jesuítas com os indígenas, ao fazer uso de uma pedagogia tradicionalista, conseguiram fragmentar a educação indígena e transformá-la em educação cristã.

Outro padre jesuíta de nome Anchieta também consolidou bons resultados na conversão indígena – por ser um conhecedor das línguas latinas, não foi difícil aprender e estruturar o linguajar indígena. Seus métodos eram muito práticos, fundamentados nas apresentações teatrais religiosas com a encenação dos textos bíblicos (SAVIANI, 2008).

Essa educação jesuítica, ao que parece, não tinha preocupação na formação crítica dos jovens indígenas; seu real objetivo era convertê-los à fé cristã. Para tanto, desconstruía o mundo simbólico à casa espiritual dos primeiros habitantes do novo mundo com o objetivo de moldá-los em concordância às concepções estrangeiras fundamentadas no *Ratio Studiorum*.

Segundo Saviani (2008, p. 56), a implantação do *Ratio Studiorum*, organizado em 467 regras, resultou em modificações nos métodos usados pelos jesuítas. A primeira delas se constituiu em estudos direcionados aos filhos dos colonos, tornando-se uma educação universal e elitista:

As ideias pedagógicas expressas no *Ratio* correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como pedagogia tradicional. Essa concepção pedagógica caracteriza-se por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. A educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em consequência, o homem deve empenhar-se em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural. (SAVIANI, 2008, p. 58).

O *Ratio Studiorum* passa a ser um primeiro documento organizado pela Igreja Católica a corresponder a uma preocupação com a educação no novo mundo. No entanto, os que fariam parte desta educação seriam somente os filhos da elite. Portanto, os primeiros indícios que se tem de uma educação brasileira é resultado de uma pedagogia elitista e tradicionalista.

Essa influência absoluta que os jesuítas vinham desenvolvendo na formação cultural dos brasileiros se dissipou com a chegada do esclarecido Marquês de Pombal à colônia, o qual expulsou a Companhia de Jesus de todo o território português segundo a Lei decretada em 3 de setembro de 1759 pelo Rei Dom José I. O principal motivo que teria levado a Coroa portuguesa a ordenar a expulsão dos jesuítas e não da Igreja Católica de sua colônia foi o desenvolvimento econômico conquistado pela Companhia de Jesus na colônia:

Os jesuítas gerenciavam uma grande empresa moderna, conforme a lógica dos latifundiários monocultores. E, como o principal da produção se destinava ao mercado europeu, eles estavam atentos às oscilações das cotações do açúcar, buscando redirecionar a produção para outros produtos agrícolas e aplicando as receitas na compra de propriedades para arrendamento, demonstrando sintonia com as regras do jogo capitalista em ascensão. (SAVIANI, 2008, p. 69).

Em síntese, com o descobrimento da colônia de exploração – os portugueses procuraram absorver ao máximo as riquezas encontradas com a finalidade de se tornarem uma grande potência marítima. No entanto, o que mais preocupa na formação cultural do povo brasileiro

foram as imposições de uma cultura europeia aos primeiros habitantes, os indígenas, os quais se submeteram a transformar seu modo de ser aos moldes estrangeiros. Portanto, houve uma interrupção na construção de um *ethos* forjado na cultura indígena – este *ethos* passou a ser europeu – essa transformação cultural somente se tornou realizável pelo viés da educação, papel este cumprido pelos jesuítas.

3 O ETHOS BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE

Dada a constituição do *ethos* na formação cultural dos brasileiros a partir do descobrimento e da organização religiosa, educacional e política, desenvolvida pelos jesuítas na colônia portuguesa até a expulsão da Companhia, surgiu-nos como um segundo momento reflexivo no trabalho, a possibilidade de conhecer como é constituído o *ethos* brasileiro na contemporaneidade.

A crise econômica de 1980, que aconteceu em “[...] muitos lugares do planeta corroborou nas transformações radicais configuradas na desregulamentação, na privatização, na fiscalização e no Estado mínimo” dentro de uma perspectiva neoliberal (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 45). Portanto, essa ideologia econômica e política não demorou a chegar ao Brasil na figura do então Presidente Fernando Collor de Mello, quando este abre o mercado nacional ao mundo, convencendo os brasileiros do século XXI a dominarem os códigos da modernidade, papel que seria cumprido pela educação.

Para que esta educação estivesse de acordo com a ideologia dos países desenvolvidos – foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada na Tailândia, sendo organizada pela UNESCO, Unicef, PNFUD e pelo Banco Mundial, contando com a participação de 155 Governos que se propuseram em repensar seus modelos educativos, sobretudo os países com maior taxa de analfabetismo, incluindo o Brasil, o qual devia estabelecer metas e compromissos criando mecanismos para a erradicação do analfabetismo até o ano 2000 (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000).

Desse encontro sobre a educação mundial se produziu o Relatório de Delors, um documento fundamental que buscava compreender a divisão política educacional na atualidade de vários países com a finalidade de melhor intervir nas práticas educativas – ajustando-as ao ideário do século XXI (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000).

Os documentos escritos nos encontros sobre educação mostram tamanha preocupação – não com o surgimento de gerações críticas – mas com a ideologia política e econômica que se está criando nos países em desenvolvimento. Desde o fim das décadas de 1970 e 1980 se teve a preocupação com a educação na América Latina e no Caribe – isso fez com que se criasse a PROMEDLAC V, a qual procurava averiguar o papel da educação com o objetivo de que ela tivesse superado seus desafios até então percebidos em outros documentos (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000). Portanto, por que um Banco Mundial, na presença de 176 países, mostra-se preocupado com a educação destes e se propõe a definir estratégias educacionais a eles?

Essa solidariedade do Banco Mundial pode ser traduzida pelo termo ideologia, porque para aqueles que não sabem quem possui mais recursos financeiros do Banco Mundial são os

cinco países mais bem desenvolvidos, não preocupados propriamente com a educação, mas com as questões econômicas e políticas que vêm sendo estruturadas e praticadas nos países em desenvolvimento (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000).

Deve-se questionar o motivo do Fórum Capital na USP, contando com a participação de empresas, sindicatos, Governo, universidades e centros de pesquisas (SHIROMA, MORAES; EVANGELISTA, 2000), resultando a aprovação de uma Carta Educação na qual pontua os diagnósticos da educação brasileira e a aplicação dos recursos públicos. Portanto, as pessoas esclarecidas devem perceber que o pano de fundo na construção da casa espiritual (*ethos*) brasileiro é forjado, segundo a ideologia política e econômica dos países ricos que querem constituir uma educação que fundamente suas ideologias.

Seguindo essa lógica externa de se fazer educação em prol das ideologias, a política educacional brasileira para se infiltrar nos 27 sistemas estaduais e 5.600 sistemas municipais, criou uma legislação – organizativa na área (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000). Alguns documentos significativos expressam em forma de lei o direito dos indivíduos à educação como a Constituição de 1988 e a Lei n. 9.394/96. Portanto, a prioridade do Estado era o acesso e a permanência na escola com a finalidade de garantir a diluição ideológica dos setores econômicos e políticos.

Essas mudanças nos ensinamentos básico e médio afetam também o ensino superior, criando políticas educacionais de acordo com a ideologia que constitui a formação do *ethos* brasileiro. A classe dos professores possui “autonomia reduzida” que deveria ser pautada nas Diretrizes Curriculares à maneira pela qual educaria seus alunos. Sem contar que para melhor educar deveria participar das formações continuadas, segundo os vários programas de formação que foram criados (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 90).

Segundo a hipótese apresentada por Shiroma, Moraes e Evangelista (2000), o Governo demonstra eficiência nas questões formais – mas já não se pode afirmar o mesmo quando se investiga o concreto à prática educativa. Tudo leva a crer em uma falência no ensino público. Portanto, quem sairia beneficiado com esta falência do ensino público seriam as instituições de ensino particular.

Mediante toda essa catástrofe educacional, segundo a Lei n. 9.394/96, houve uma redefinição legal em que a educação é obrigação, primeiramente, da família e depois do Estado – qual é a lógica disso? O Estado em prol de suas práticas ideológicas se ausenta de sua própria responsabilidade que é garantir o acesso à educação para todos (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000). Portanto, o Estado pensa na educação somente como um meio de construção de um *ethos* brasileiro que venha a favorecer a ideologia política ou econômica imposta pelos países desenvolvidos.

4 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho se discorreu a respeito da constituição do *ethos* brasileiro fundamentado em ideologias estrangeiras, cominando dois momentos; quando o Brasil foi des-

coberto pelos portugueses, a ideologia que passou a fazer parte da constituição do *ethos* era religiosa – a Igreja Católica precisa de fiéis, pois estava perdendo-os na Reforma *versus* a Contrarreforma assim, expresso com tamanha clareza nas bulas *Romanus Pontifex* e *Inter Coetera*.

Desconstruído o *ethos* dos primeiros habitantes do novo mundo, os indígenas, e convertendo-os à fé cristã por meio da educação religiosa, os jesuítas passaram a pensar e a transformar o conceito de educação que estivesse de acordo com uma nova realidade: a formação dos filhos dos colonos proprietários de grandes quantidades de terras com a finalidade de que estes se tornassem pessoas esclarecidas e capacitadas para assumirem funções políticas e econômicas na colônia.

A Igreja, sempre presente no que diz respeito à formação educativa da colônia portuguesa, rapidamente se preocupou em organizar e estruturar uma educação que estivesse fundamentada em seus valores cristãos com o propósito de serem didaticamente fáceis de ensinar, assim expressos na bula *Ratio Studiorum*. Portanto, é nesse momento histórico que aparecem os primeiros indícios de uma educação universalista e elitista a qual perpetuará na história do Brasil.

Séculos mais tarde, a constituição do *ethos* brasileiro na contemporaneidade não mais se fundamentava propriamente em uma ideologia religiosa, mas também política e econômica, segundo o ideário dos países desenvolvidos – assim expresso no interesse “solidário” e “atencioso” dos órgãos internacionais como o Banco Mundial, UNESCO, Unicef, PNFUD, a preocupação com a educação nos países em desenvolvimento. Portanto, estes órgãos internacionais demonstram um interesse não pela educação propriamente dita que venha a criar um espírito crítico, mas pela propagação de suas ideologias na formação do *ethos* brasileiro.

Notas Explicativas

¹ “O ser humano não pode fugir de sua própria realização. Não pode senão adotar as condições de sua própria vida. Não estando mais num universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece” (CASSIRER, 1994, p. 48).

² A bula *Inter Coetera*, de 4 de maio de 1493 reforça quase que com as mesmas palavras aquilo que foi escrito na bula *Romanus Pontifex*. [...] por nossa mera liberdade, e ciência certa, e em razão da plenitude do poder Apostólico, todas ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e o Meio-Dia, fazendo e construindo uma linha desde o pólo Ártico [...] quer sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia, ou em direção a qualquer outra parte, a qual linha diste de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde cem léguas para o Ocidente e o Meio-Dia [...] A vós e a vossos herdeiros e sucessores (reis de Castela e Leão) pela autoridade do Deus onipotente a nós concedida em S. Pedro, assim como do vicariado de Jesus Cristo, a qual exercemos na terra, concedemos e entregamos com todos os seus domínios, cidades, fortalezas, lugares, vilas, direitos, jurisdições e todas as pertenças. E a vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores, vos fazemos, constituímos e deputamos por senhores das mesmas, com pleno, livre e onímodo poder, autoridade e jurisdição. [...] sujeitar a vós, por favor da Divina Clemência, as terras firmes e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas, reduzi-los à Fé Católica [...] (MACEDO SOARES, 1939, p. 25-8).

REFERÊNCIAS

BAIÃO, Antônio. **História da expansão portuguesa no mundo**. Lisboa: Ática, 1939. v. 2

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Tópicos).

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MACEDO SOARES, José Carlos. **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de Moraes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VAZ, Henrique de Lima. **Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade**, São Paulo: Loyola, 2002.